

SUJEITOS TRANSFRONTEIRIÇOS: CONFLITOS IDENTITÁRIOS ENTRE O EU E O OUTRO E ENTRE O EU E O EU-MESMO

CROSS-BORDER SUBJECTS: IDENTITY CONFLICTS BETWEEN THE SELF AND THE OTHER AND BETWEEN THE SELF AND THE SELF

Thiago Benitez de Melo 1

Doutorando em Linguagem, Cultura e Identidade pelo Programa de Pós-Graduação; Sociedade, Cultura e Fronteiras; da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Licenciado em Letras Português/Espanhol com Mestrado em Linguagem na área de Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino; pela Unioeste. Bolsista da CAPES durante o Mestrado e bolsista do PIBIC/CNPq durante a graduação. Especialização em Métodos e Técnicas de Ensino pela Universidade Federal Tecnológica do Paraná (UTFPR). Especialização em Cultura e Literatura pela Faculdade de Educação São Luís. Possui pesquisas realizadas nas áreas de análises sociolinguísticas e culturais no ambiente escolar de fronteira. Tem experiência na área de Linguística Aplicada, Sociolinguística, Teorias Culturais, Etnografia, Análise Crítica do Discurso, Diversidade e Práticas Linguísticas, Plurilinguismo, Trans/Multiculturalidade e Fronteira, Estudos Pós-modernos e Pós-coloniais. E-mail: thiago_benitez@hotmail.com

Resumo: O objetivo deste artigo é provocar uma reflexão e analisar as vivências transfronteiriças de sujeitos que vivem em contexto de “entre-lugares/não-lugares”, focalizando a Tríplice Fronteira do Iguazu – Foz do Iguazu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). É inegável que as fronteiras, como limites físicos, estão cada vez mais fragmentadas e solúveis, revelando o caráter fluido e poroso dos territórios que um dia já foram vistos como fixos, estabelecidos e invioláveis. Os sujeitos que compõem (e são compostos por) esse palco de manifestações culturais oscilam entre a escolha (aceitação) de certas identidades em detrimento (rejeição) de outras. Torna-se importante, então, discutir e entender como se constroem as múltiplas representações identitárias desses sujeitos. Para a realização do objetivo proposto, almejamos, por meio de uma pesquisa inter/trans/indisciplinar, realizar conversas escolares com alunos que vivem no Paraguai e estudam no Brasil. A pesquisa em questão é de cunho etnográfico qualitativa, a qual entende as subjetividades na busca da compreensão dos fenômenos sociais. Amparamo-nos nas perspectivas teóricas da Linguística Aplicada Crítica, dos Estudos Antropológicos/Culturais e da Sociologia.

Palavras-chave: Identidades. Representações. Transfronteiras. Multipertencimento.

Abstract: The purpose of this article is to reflect on and analyze the cross-border experiences of subjects living in an “inter-place / non-place” context, focusing on the border between Foz do Iguazu (Brazil), Ciudad del Este (Paraguay) and Puerto Iguazú (Argentina). It is undeniable that physical borders are increasingly fragmented and soluble, revealing the fluid and porous character of territories that once were seen as fixed, established and inviolable. The subjects that make up (and are composed of) this stage of cultural manifestations oscillate between the choice (acceptance) of certain identities to the detriment (rejection) of others. It becomes important, then, to discuss and understand how the multiple identity representations of these subjects are constructed. In order to achieve the proposed goal, we aim, through an inter / transdisciplinary research, to conduct school conversations with adolescents living in Paraguay and studying in Brazil. The research in question is of qualitative ethnographic character, which seeks to understand the subjectivities in the search for understanding of social phenomena. We focus on the theoretical perspectives of Applied Critical Linguistics, Anthropological/Cultural Studies and Sociology.

Keywords: Identities. Representations. Cross-border. Multi-belonging.

Introdução

Um dos traços mais marcantes da produção cultural na contemporaneidade é a problematização dos espaços como lugares/territórios fixos e permanentes. As fronteiras, tanto físicas quanto simbólicas, aos poucos parecem se diluir gradativamente quando culturas estão em estado de fricção ou acabam se hibridizando (CANCLINI, 2003). Dessa forma, a Antropologia e a Geografia acabam por abrir seus campos “disciplinares” para que os cenários (trans)fronteiriços também sejam objeto de estudo da História, da Educação, dos Estudos Sociais, da Linguística Aplicada, da Filosofia entre outros. A “interdisciplinaridade” e a “indisciplina”, então, podem ser vistas como uma das marcas das reflexões e práticas contemporâneas das sociedades complexas (MORIN, 2005), orientando e guiando o pesquisador em suas indagações método-epistemológicas. Logo, torna-se relevante pensar sobre quais são os lugares (ou os não-lugares) dos sujeitos analisados e do próprio pesquisador, das suas implicações e do seu ato neste espaço de relações e de trocas no universo cultural do outro e de si mesmo.

Em um mundo de fronteiras dissolvidas e territorialidades redefinidas, a globalização pode levar a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades (BLOMMAERT; RAMPTON, 2011). Um desses cenários sociais complexamente constituído está na Tríplice Fronteira do Iguaçu, a fronteira mais movimentada da América do Sul, localizada no encontro das cidades de Foz do Iguaçu (BR) – Oeste do Paraná –, Ciudad del Este (PY) e Puerto Iguazú (AR). Em tal espaço, marcado por hibridismos/sincretismos culturais (CANCLINI, 2003) e multiterritorialidades (MATTELART, 2005), elementos nacionais distintos interagem e formam um todo geográfico, configurando um espaço social conturbado em que a vida dos sujeitos é atravessada por movimentos simbólicos incorporados no cotidiano dos indivíduos (HAESBAERT, 2014); as língua(gens) se tornam umas das maiores ferramentas de (re)construção de identidade, convivendo, muitas vezes, em situações de contato, interação e/ou conflito. Trata-se de um ambiente linguisticamente plural e multifacetado para estudos que abordam o multilinguismo e a pluriculturalidade, como os fenômenos e abordagens em torno das negociações das identidades por meio da linguagem.

Contextos transfronteiriços, multiterritoriais, pluriculturais e superdiversos como esses são marcados, essencialmente, por situações de conflitos linguísticos e identitários, os quais são vivenciados por sujeitos que estão no cerne das mudanças globais, dando origem a uma infinidade de representações do outro e de si mesmos. Compreender o pluralismo linguístico e multicultural de determinada região não se trata apenas de analisar práticas de discurso constituintes de um indivíduo múltiplo, mas buscar “‘dar ouvidos’ para ‘garantir voz’” (ALTENHOFEN, 2013, p. 97) àqueles que foram postos à margem na chamada era dos fluxos transnacionais, da globalização moderna e da mundialização das culturas (MATTELART, 2005). Tais sujeitos se encontram, muitas vezes, na condição de negociar (aceitando e/ou rejeitando) identidades no decorrer de suas práticas interativas para melhor se adaptarem às diferentes situações sociais¹. Encontram-se, assim, em uma situação de “entre-lugares” (BHABHA, 2003) ou “não-lugares”², ou seja, ao invés de eles “estarem em”, demonstrando a condição de fixação territorial ou mesmo do movimento temporário e efêmero, eles “estariam entre”, percebendo a condição dinâmica transfronteira.

O objetivo deste artigo, nesse viés, é entender e analisar as vivências transfron-

1 O que frisamos aqui é que nem sempre essas “negociações identitárias” se efetivam de maneira harmônica ou consciente. As “manipulações representativas” se relativizam dependendo do contexto e da posição ocupada pelos sujeitos, já que as identidades são permeadas por relações de domínio e poder (BARTH, 2011; CHUCHE 2002; HALL, 2016).

2 O conceito de “não-lugares” é desenvolvido por Marc Augé (1994), o qual entende esse termo como passageiro, efêmero, “lugares” onde pessoas não moram de forma fixa, não criam laços e vínculos permanentes, apenas passam (passeantes/transeuntes). Deve ser destacado, no entanto, que o “não-lugar” depende do sujeito do qual estamos falando. Se para uma pessoa, por exemplo, um hospital é um “não-lugar” porque ela está lá apenas como uma visita, já para os médicos e enfermeiros, o hospital é um lugar antropológico, no qual são criados vínculos, identidades e relações.

teiriças de sujeitos que vivem em contexto de “entre-lugares/não-lugares”, focalizando as fronteiras entre Foz do Iguaçu (Brasil), Ciudad del Este (Paraguai) e Puerto Iguazú (Argentina). Em outras palavras, buscamos entender as representações que indivíduos que vivem em região de multiterritorialidades constroem acerca da diversidade sociocultural da região a qual pertencem e de si mesmos. Os dados aqui analisados apresentam narrativas de três estudantes que vivem no Paraguai e estudam no Brasil – aqui chamados de sujeitos transfronteiriços em situação de estrangeiridade emergencial (MELO, 2014) – aventurando-se todos os dias a atravessar a fronteira Brasil-Paraguai pela conhecida Ponte da Amizade.

Para a realização do objetivo proposto, inicialmente apresentamos o aparato metodológico da abordagem investigativa e, em seguida, os pressupostos teóricos que norteiam nossa reflexão. Para tanto, consideramos os conceitos de identidade/representação, linguagem/discurso e pertencimento/território como centrais e indissociáveis. Em seguida, analisamos as narrativas e refletimos sobre os discursos aqui trazidos para, finalmente, chamarmos a atenção da importância de compreendermos e problematizarmos, de maneira subjetiva, as representações sociais.

Abordagens Investigativas e a Metodologia da Pesquisa

O presente trabalho está inserido no âmbito da Linguística Aplicada, seguindo as orientações no sentido de rompimento com as fronteiras e limites disciplinares, em direção a uma perspectiva inter/trans/indisciplinar (MOITA LOPES, 2002). Para a geração de registros e a análise das narrativas foi utilizada a abordagem da pesquisa qualitativa/interpretativista de cunho etnográfico, nas perspectivas teóricas da Linguística Aplicada (CESAR E CAVALCANTI, 2007; MAHER, 2007; MOITA LOPES, 2002; SIGNORINI, 2006), dos Estudos Culturais e Antropológicos (BAUMAN, 1999; 2001; BHABHA, 2003; CANCLINI, 2003; CUCHE, 2002; HALL, 2006; SILVA, 2000) e da Sociologia (BOURDIEU, 1989; ELIAS E SCOTSON, 2000).

Dado o alto índice de jovens e adolescentes que vivem no Paraguai e estudam no Brasil, a pesquisa foi efetivada por meio de conversas escolares (com roteiro não estruturado de investigação) com três alunos moradores de Ciudad del Este (PY) matriculados no 1º ano do ensino médio no Brasil. A geração de registros foi realizada no próprio ambiente escolar desses alunos, em um colégio privado de ensino fundamental e médio na cidade de Foz do Iguaçu (PR-BR). Sentimos aqui a necessidade de destacar que esses alunos, mesmo não tendo nenhum grau de parentesco, possuem traços fenotípicos orientais, pois seus pais nasceram na China e foram morar no Paraguai para trabalhar. Por isso, esses sujeitos analisados têm como primeira língua o chinês, língua que aprenderam ainda antes de entrar na escola e utilizam até hoje no contexto familiar. Pelo fato de residirem no país vizinho, também falam o espanhol e entendem o guarani, além de falarem o português por estudarem no Brasil desde muito pequenos. Vale ressaltar que não apenas esses, mas também dezenas de outros estudantes, são nascidos no Brasil, porém nunca moraram no país porque suas mães atravessaram a fronteira Brasil-Paraguai apenas para que seus filhos pudessem nascer em hospitais brasileiros e em seguida já retornaram ao seu país de origem.

Para a gravação em áudio dessas entrevistas abertas (as quais geraram as narrativas aqui neste trabalho analisadas), foram realizados encontros informais em situação de interação direta entre entrevistados-pesquisador, para que houvessem diálogos mais próximos da vida cotidiana desses sujeitos (FLICK, 2009). Nosso foco foi analisar as práticas discursivas desses alunos, tomando as narrativas como espaços em que as identidades são construídas nos embates discursivos de todo o dia (MOITA LOPES, 1998). As histórias narradas “têm o potencial de criar um sentido de ‘nós-mesmos’ ao permitir que negociemos e construamos nossas identidades sociais por meio de eventos narrados” (MOITA LOPES, 2002, p. 143) e nos fornecem meios de nos reconstruirmos no mundo social.

É importante ressaltar, contudo, que os relatos narrados não expressam fielmente

os acontecimentos, exatamente como os fatos ocorreram, isso porque até mesmo a linguagem tem seus limites e os discursos não apenas expressam as experiências, mas as constituem, pois é por meio deles que os sujeitos constroem suas representações, dando significado à própria vida (PENNA, 1998). Também não é o intuito principal do pesquisador conhecer as histórias de vida dos sujeitos pesquisados e buscar saber se elas são verdadeiras ou não. É a maneira como narramos os eventos a nossa volta e, portanto, como historicizamos a vida social (e não a autenticidade em si), que media a construção de sentido de nós mesmo e dos outros: “organizamos nossas memórias, intenções, histórias de vida, e ideais sobre ‘nós mesmos’ e sobre nossas ‘identidades pessoais’ em padrões de narrativa” (MOITA LOPES, 2002, p. 143).

Estratégias identitárias nas práticas discursivas

A trajetória dos sujeitos contemporâneos vem sendo caracterizada por desestabilizações, descontrole, descentralização, destradicionalização e vertigem perante as transformações culturais, políticas e econômicas (FABRÍCIO, 2006). As identidades não têm a solidez de uma rocha, nem são garantidas para toda a vida como se pretendia pensar em termos de uma ancoragem homogeneizadora de base essencialista (HALL, 2000), pois são construídas nos discursos. São, isso sim, bastante negociáveis e revogáveis, e as próprias decisões dos indivíduos, os caminhos que eles percorrem e a maneira como agem são fatores cruciais para suas identidades (BAUMAN, 2001). Além disso, as identidades nunca são unificadas, mas cada vez mais fragmentadas; não são singulares, e sim multiplamente construídas e reconstruídas ao longo de discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas (HALL, 2000). Os sujeitos constroem identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente e homogêneo. As identidades são contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Como afirma Hall (2006, p. 13), “a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia”.

Ter uma identidade seria “fantasiar” o sentimento de pertença a uma nação, uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade, um grupo, uma instituição, onde tudo o que é compartilhado pelos que ali habitam se torna válido para todos, sejam direitos ou deveres, bens ou prejuízos e assim por diante. As identidades, em seu processo de des/re/construção, são decorrentes do que está em jogo nas lutas sociais e, por isso, são decorrentes das identificações impostas pelos outros e/ou por aquelas que o indivíduo afirma por si mesmo. No entanto, o poder de identificação depende da posição que se ocupa no sistema de relações que liga os grupos, ou seja, “nem todos os grupos têm o poder de nomear e se nomear” (CUCHE, 2002, p. 185). Por isso, as identidades escapam às delimitações e definições, especificamente em razão de seu caráter multidimensional, dinâmico, manipulável, fluido além de estar em constante transformação (CUCHE, 2002).

Para Rajagopalan (1998), a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela, isso significa que o indivíduo não adquire uma identidade fora do campo da linguagem, ou seja, “a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 41).

Discutindo sobre a natureza subjetiva das identidades, Cuche (2002) explica que as identidades não podem ser reduzidas à dimensão atributiva: elas não são recebidas, mas sim construídas. Uma identidade não é nada além de um sentimento de vinculação ou de identificação a uma coletividade imaginária. É por isso, então, que dizemos que as identidades são formadas por representações, entendidas como um construto que se dá via linguagem e que coloca em pauta e funcionamento um imaginário social a respeito da realidade. De acordo com Hall (1997), as representações constroem sentidos sobre os sujeitos e objetos, isto é, elas “são as palavras que usamos, as histórias que contamos acerca das coisas, as imagens que produzimos, as emoções que associamos às mesmas, as maneiras como as classificamos e conceituamos, os valores que lhes damos” (HALL, 1997,

p. 3). Nesse sentido, representar é produzir significados por meio da linguagem, através do discurso. As representações são parte essencial do processo pelo qual o significado é produzido e negociado entre os membros de uma cultura. O autor pondera ainda que “as coisas – objetos, pessoas, eventos do mundo – não têm em si qualquer significado estabelecido, final ou verdadeiro. Somos nós – na sociedade, nas culturas humanas – que fazemos as coisas significarem, que significamos” (HALL, 1997, p. 61). Por isso, as identidades adquirem sentido por meio dos discursos e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas. Sua construção é tanto simbólica quanto social, sendo as representações atuações simbólica e culturalmente marcadas para classificar o mundo e as relações dentro dele. Há, assim, um significativo e estreito vínculo entre as produções de significados e as construções das identidades, sendo estas posicionadas pelos sistemas de representação.

Segundo Silva (2000), a representação é concebida em sua dimensão de significante, ou seja, “como sistemas de signos, como pura marca material. A representação expressa-se por meio da pintura, fotografia, de um texto! Ela não é nunca representação mental ou interior, e sim, traço visível, exterior” (SILVA, 2000, p. 90). É por meio da representação, em outras palavras, que as identidades adquirem sentido, isto é, é por meio da representação que as identidades se constroem.

“Entre-lugares” e “não-lugares”: transterritorialidade e multipertencimento

Ao atravessarmos as fronteiras nacionais, os documentos básicos que garantem a cidadania no país de origem dos imigrantes (cédula de identidade, cadastro de pessoa física, carteira de motorista, carteira de trabalho, título de eleitor, entre outros) perdem sua validade e são necessários novos documentos para que se permaneça legalmente no novo território nacional, no solo do “Outro”. Os indivíduos deixam de ser reconhecidos como cidadãos nativos e são rotulados agora como estrangeiros. Contudo, “os limites precisos entre o nacional e o estrangeiro são produtos da construção do Estado nacional. Conceitos como (i)migração e fronteiras internacionais, cidadania, soberania, língua e território nacionais estão diretamente relacionados com o Estado-nação” (ALBUQUERQUE, 2005, p. 34).

Hoje, no século XXI, em relação ao termo território, Haesbaert (2014) oferece perspectivas que atendem a muitas áreas do saber para além da geografia, como a psicologia, a antropologia, a história, a economia etc. O território, para o autor, é visto como o produto da apropriação e valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Em outras palavras, a dimensão simbólica, na qual o território se encontra, “habita um espaço social, organizando-se pela historicidade e geograficidade, quesitos de territorialidade” (FERREIRA, 2011, p. 174). Além dos processos geográficos e históricos, um território é constituído também por vertentes econômicas, políticas e culturais.

É importante ressaltar que os territórios não são espaços fixos, bem demarcados e estáveis; eles sofrem processos de instabilidade, inconsonância e hibridização. Por isso, então, surge a necessidade de se conceituar um território que não se limite a uma localidade física geograficamente demarcado por forças de poder, levando em consideração que existem espaços por onde culturas transitam livremente sem serem impedidas por limites ou demarcações político-sociais, mesmo que, às vezes, forma conflituosa e assimétrica.

Também tratando de territorialidade, Mondardo (2012) utiliza o termo transterritorialidade na tentativa de definir esses espaços. Para o autor, a transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no “estar-entre”, no efetivamente híbrido, produzido mediante distintas territorialidades. O “estar-entre” reflete uma transição no sentido de trânsito e de imbricação territorial (MONDARDO, 2012). Na era dos fluxos transnacionais, da globalização moderna e da mundialização das culturas (MATTELART, 2005), enquanto alguns indivíduos são quase que obrigados a “vestirem” apenas uma identidade, outros estão se tornando cada vez mais livres para (re)definir

suas próprias identidades (CUCHE, 2002).

Assim, talvez os termos “estar-entre” (HAESBAERT, 2014) e “não-estar” (AUGÉ, 1994) seriam mais apropriados para serem utilizados nessas situações de multipertencimentos, já que os sujeitos sociais não estão em vários lugares ao mesmo tempo apenas no sentido geográfico do termo (de territorialidade), isso porque muitos deles peregrinam também entre as línguas, revogando e adotando aquela(s) que julga ser mais conveniente(s) para determinadas situações sociais.

O “estar-entre-lugares” seria a condição na qual as pessoas que vivem na fronteira se colocam nessa multiterritorialidade, dando a ideia de movimento, de acessibilidade de liberdade entre territórios. O “estar-entre” representa a condição do indivíduo que quer dizer que ele não está nem aqui, nem ali, ele “está-entre” as duas (ou inúmeras) possibilidades que ele tem, em um constante ir e vir. Essa condição de mobilidade assegura-lhe a possibilidade de multipertencimento, condição do indivíduo sentir-se pertencente a mais de uma territorialidade, identidade ou cultura (língua, etnia ou religião, por exemplo).

Já o “estar-entre-não-lugares” seria “encontra-se” em lugares efêmeros, de passagem dinâmicas, onde vínculos mais permanentes não se consumam efetivamente porque, segundo (AUGÉ, 1994), são espaços voltados mais para o consumo, livre-circulação e comunicação, ou seja, o sentimento de pertencer depende de como a cultura está situada no tempo e no espaço, são as relações e as utilidades/fins que os indivíduos criam para esses espaços. Assim, o autor chama a atenção para que pensemos esse “não-lugares” demarcados no tempo-espaço, já que não temos mais as dimensões exatas do mundo que pensamos estar vivendo, um mundo repleto de (trans)fronteiras, fluxos e limites, para os quais precisamos ter um novo olhar.

Conflitos entre o eu e o outro: “E ainda acham que a gente é japonês/E eles que são índios”

As representações sobre etnia, cultura, nação e nacionalidade são focalizadas a seguir. Temas que envolvem o Paraguai e os paraguaios são, na maioria das vezes, abordados de maneira pejorativa, estereotípica e essencializada na Tríplice Fronteira do Iguazu (MELO, 2014). Contudo, o que mais chama a atenção são as representações construídas acerca dos chineses e em quais posições discursivas que os alunos entrevistados se colocam ao falar de tal grupo. O interessante é perceber as estratégias de identidade que tais alunos utilizam para se posicionar no discurso, às vezes autodenominando-se paraguaios, às vezes chineses³:

Thiago: Vocês nunca sofreram nenhum tipo de preconceito aqui na escola por morarem no Paraguai?

Raquel: Eu não/ acho que nunca.

Felipe: Só brincando mesmo né?/ tipo/ ah/ seu paraguaio/ vai passar muamba e essas coisas/ mas é brincadeira né?/ nem ligo/ porque se você liga daí sim que eles tiram sarro.

Yuri: Só às vezes quando eu brigo [risos]/ os brasileiros ficam com raiva e falam/ vai pro teu país vender chipa⁴/ era melhor se você tivesse vendendo chipa/ daí dá raiva/ mas não é sempre.

Raquel: Lá no Paraguai sim/ eles xingam os brasileiros/ me

³ Todos os nomes são fictícios, para garantir o anonimato dos alunos.

⁴ A chipa é um biscoito tradicional da culinária paraguaia, que se assemelha ao pão de queijo mineiro, porém com consistência e sabor próprio. Tornou-se o alimento mais característico e conhecido da culinária paraguaia, e é vendida pelas ruas do Paraguai, e também do Brasil, em festas de palha, pelas chamadas chipeiras, as quais se tornaram alvo de chacota e enorme estigma social por parte dos brasileiros.

perguntam por que estudo aqui no Brasil se moro no Paraguai.

Thiago: O que eles dizem lá dos brasileiros?

Raquel: Que os brasileiros são mal-educados/ que se acham demais/ essas coisas tudo.

Thiago: E vocês dizem o que quando eles falam isso?

Yuri: Tenho raiva quando eles falam que eu como barata/ insetos e essas coisas.

Thiago: Sério?/ e eles dizem muito isso?

Yuri: Sim!/ às vezes/ quando passo na rua/ os paraguaios ficam falando *nirral/ nirral* [ininteligível]/ não gosto quando falam assim/ nem sabem falar chinês e querem se intrometer/ e ainda acham que a gente é japonês.

Raquel: E eles que são índios! [risos]

Thiago: Vocês acham que eles parecem com índios?

Raquel: Alguns.

Yuri: Que alguns?!/ todos! [risos]

No recorte acima, o que mais nos chama a atenção são os conflitos referentes às identidades étnicas dos entrevistados. O sujeito paraguaio e, concomitantemente, o Paraguai, país extremamente estigmatizado mundialmente por suas especificidades econômicas e culturais, acabam sendo alvo de representações estereotípicas por parte de alguns brasileiros, como bem colocam os alunos pesquisados (“vai passar muamba” – Felipe; “vai pro teu país vender chipa” – Yuri). Acontece que há, aqui, a existência de uma identidade paraguaia essencializada e unificada (HALL, 2006), ou seja, o Paraguai é visto pelos alunos brasileiros que vivem na fronteira, e talvez pela maior parte dos brasileiros, como um país repleto de pirataria, contaminado pela extrema pobreza e inundado pelo contrabando, e isso acaba fazendo parte de um imaginário social que se estabelece na sociedade.

Não é possível negar, contudo, que tais qualidades depreciativas fazem parte da realidade social do país vizinho, mais especificamente da realidade de Ciudad del Este, uma cidade com aproximadamente 250.000 habitantes, totalmente comercial, sendo o segundo maior polo de muamba e bugiganga do mundo, ficando apenas atrás de Miami. O comércio está presente de distintas formas, em todos os lugares: shoppings estabelecidos, nas calçadas, nos becos e sub-becos da cidade, acolhendo compradores oriundos de diversos países da América Latina e do mundo (MACHADO, 2004).

Em relação a esta cidade, Pereira e Costa (2007) apontam que:

Ciudad del Este, transformada em um grande *shopping* aberto, cujos proprietários são, na grande maioria, coreanos, japoneses, chineses, alguns brasileiros e poucos paraguaios, tornou-se um ícone de corrupção, de produtos falsificados, de contrabando, de descaminhos e demais qualidades depreciativas que foram estendidas a todo o Paraguai. Neste entreposto de produtos de origem e qualidade discutível, muitos compristas, chamados de “sacoleiros” ou “muambeiros”⁵, chegam em comboios e muito apressadamente fazem suas compras por

5 Os sacoleiros, também chamados de muambeiros ou laranjas, são trabalhadores que fazem a intermediação das relações comerciais entre os empresários que trabalham no Paraguai e os pontos de venda e distribuição das mercadorias. Normalmente esses trabalhadores são atravessadores e distribuidores de mercadorias paraguaias que são vendidas no Brasil e podem atuar de forma autônoma ou para um ou vários patrões (CARDIN, 2011).

causa dos preços atrativos das mercadorias e rapidamente retornam às suas cidades de origem, normalmente para vender os produtos. Assim, o cuidado com a higiene e limpeza da cidade que os recebe praticamente inexistente, causando um aspecto muito ruim de Ciudad del Este. O Paraguai, é preciso que se diga, é erroneamente visto como um local onde se produz material de baixa qualidade, visto que os produtos eletrônicos, perfumes etc. são importados da Coreia, China, Taiwan, entre outros; no entanto, a imagem já está fixada e não se faz nenhum esforço para se mudar (PEREIRA e COSTA, 2007, p. 196). [grifo dos autores]

Foi este cenário retratado pelas autoras que nos impulsionou a perguntar aos sujeitos da pesquisa se eles sofriam algum tipo de preconceito por morarem no Paraguai, país que, como podemos perceber, é constantemente marginalizado e mundialmente marcado pelo estigma social.

Não só descobrimos que esses alunos levam consigo o peso da intolerância e do preconceito social, mas que também manifestam, eles mesmos, tais atitudes/crenças/sentimentos. Da mesma maneira que os alunos entrevistados são estereotipados pelos colegas brasileiros (“seu paraguaio/ vai passar muamba” – Felipe; “vai pro teu país vender chipa/ era melhor se você tivesse vendendo chipa” – Yuri; “às vezes quando passo na rua os paraguaios ficam falando nirral/nirral”), eles também acabam sendo “rotulados socialmente”, e “rotulam”, no Paraguai, ao afirmar que os paraguaios são índios (“E eles que são índio” – Raquel).

Temos, nas narrativas expostas, três tipos de representações éticas/culturais/nacionais sendo construídas: o “ser-paraguaio” (construída pelos alunos brasileiros), o “ser-paraguaio” (construída pelos sujeitos da pesquisa) e o “ser-oriental” (construída pelos paraguaios)⁶. A primeira representação não é feita nem por Raquel, nem por Yuri ou Felipe, mas sim pelos alunos brasileiros que estudam na mesma escola que eles. De acordo com as narrativas dos entrevistados, o “ser-paraguaio” se resume em duas profissões (as quais são altamente subjugadas e invisibilizadas nesse cenário): ser muambeiro/sacoleiros e vendedor de chipas. Os paraguaios, então, acabam tendo suas identidades estabilizadas e rigidamente postuladas, como se elas fossem fixadas no nascimento, como parte de sua natureza e impressa pelo parentesco e pela linhagem dos genes, como constituinte do interior de cada cidadão paraguaio (MOREIRA e CUNHA, 2011).

Não muito longe dessa visão essencialista, estereotípica e homogênea de identidade paraguaia construída pelos alunos brasileiros, está uma representação paraguaia que sempre vem à baila quando o assunto é o sujeito paraguaio, e que é expresso na fala de Raquel: “E eles que são índio”. Doravante os paraguaios são chamados de índios e/ou indígenas. É fato que o Paraguai tem o guarani, juntamente com o espanhol, como língua oficial e, talvez por isso, essa língua de origem indígena serve como parâmetro para os julgamentos sociais e culturais do país, reforçando a associação entre paraguaios e índios:

[Os paraguaios] são por natureza mais fracos no trabalho, não têm visão do futuro, são mais índios. O pensamento deles é poder ficar dentro do mato, de viver assim de caça, pesca. O trabalho deles é fazer alguma coisinha, plantar mandioca. Eles dizem que o trabalho mata, acham que a vida deve ser vivida

⁶ Preferimos utilizar o termo “ser-oriental” e não “ser-chinês” porque, como bem ressalta Yuri, muitos brasileiros, e talvez muitos ocidentais, tendem a confundir chinês com japonês. Não é o intuito, aqui, generalizar ou “essencializar” uma etnia, mas queremos ressaltar que o “ser-chinês” e o “ser-japonês”, para muitas pessoas, significam a mesma coisa. O termo “ser-oriental”, então, proporciona um melhor esclarecimento para o que estamos discutindo aqui.

diferente. Então eles acham isso, vendo como o brasileiro trabalha, para quê trabalhar para fazer tanto dinheiro assim se vamos morrer um dia, tem que pensar pro dia de hoje, comer e dormir e ter sombra e água fresca. Essa é a mentalidade deles (TOMÉ apud ALBUQUERQUE, 2005, p. 178).

Segundo Albuquerque (2005), os brasileiros têm uma visão cristalizada dos habitantes dos países vizinhos, com exceção da Argentina e do Uruguai, como sendo habitados predominantemente por indígenas. Essa imagem cristalizada e estereotípica acaba gerando outras representações negativas em relação ao Paraguai: país atrasado e pobre, povo inculto e com mentalidade indígena, lugar de contrabando, tráfico, falsificações e pirataria, entre outras representações menoscabadas.

Já o “ser-oriental”, como se pôde perceber na fala de Yuri, não está mais sendo representado pelos brasileiros, mas pelos paraguaios: “às vezes/ quando passo na rua/ os paraguaios ficam falando niral/ niral”. Mais uma vez as representações identitárias são tomadas como essencializadas, ou melhor, a representação oriental é tomada como tal, e acaba-se por generalizar todo o oriente. Isso está bem claro quando Yuri diz que os paraguaios o confundem com japonês (“nem sabem falar chinês e querem se intrometer/ e ainda acha que a gente é japonês” – Yuri).

Hall (2006), ao discutir sobre as identidades étnicas, sustenta que as comunidades asiáticas são étnicas por natureza, e por isso ocorre a habitual generalização das mesmas. Para ele, as comunidades orientais “são fisicamente diferenciáveis, ligadas por laços sociais derivados de costumes, línguas e práticas intermatrimoniais compartilhadas; possuem história, memórias coletivas, origens geográficas, visões de mundo e modos de organização social próprios” (p. 64). Acaba-se, assim, por generalizar as identidades orientais, como se elas fossem essencializadas e homogêneas. Contudo, as generalizações se tornam extremamente difíceis diante da complexidade pluricultural que se intensificou com o processo globalizatório. Mesmo assim, as representações continuam sendo (re) construídas e difundidas, e as generalizações acabam por apresentar-se como a maneira mais rápida, prática e fácil de rotular e categorizar o outro.

As representações do “ser-oriental” construídas pelos paraguaios acabam sendo tomadas como verdades absolutas, mas estipuladas por relações de poder. Significa dizer: por um lado temos os grupos cultural e politicamente mais poderosos (e, às vezes, mais predominantes) em seu contexto (neste caso os paraguaios), e por outro, os grupos subordinados aos primeiros (neste caso os orientais que vivem no Paraguai, já que são minoria no país). É por isso, então, que, segundo Silva (2000, p. 91), “representar significa, neste caso, dizer: ‘esta é a identidade’, ‘identidade é isso’”. Em consonância com Silva, Woodward (2000) afirma que são as representações que constroem e estabelecem os lugares onde devemos ficar e a partir dos quais podemos falar. Em outras palavras, são as representações estereotipadas que nos posicionam como sujeitos e constroem nossas identidades individuais e coletivas.

Dessa maneira, os pronomes “nós” e “eles” servem para construir representações coletivas e estabelecer os vínculos entre os indivíduos e os grupos sociais (ALBUQUERQUE, 2005). A edificação de uma “auto-imagem” positiva do “nós” significa aumentar a auto-estima individual e coletiva de meu grupo. Uma das formas de fazer isso é depreciar o “eles”, fazendo com que a imagem do “Outro” seja cristalizada, aviltada, menoscabada, e, sobretudo, estereotipada. Assim, ao mesmo tempo em que representamos e identificamos os paraguaios como “chipeiros”, “muambeiros/sacoleiros” e “índios”, estamos nos afastando dessas designações, tentando reafirmar nossa imaginária e mitológica identidade branca, bonita, pura, correta, perfeita e estabelecida.

Conflitos entre o eu e o eu-mesmo: “Eu posso ser considerado

chinês ou brasileiro, mas não paraguaio”

É muito comum encontramos nos discursos de pessoas que vivem na fronteira, tentativas de essencializar as identidades, utilizando-se, para isso, de estereótipos, memórias já internalizadas socialmente e discursos recorrentes nesse cenário, como, por exemplo, o discurso de que só as pessoas mais pobres do Paraguai é que falam guarani (MELO, 2014). Abaixo podemos notar as tentativas de manipular (revogar e aceitar) as identidades por parte daqueles que detém o poder de negociá-las para melhor se “adaptarem” ao meio social. Para isso, os alunos utilizam-se das estratégias de representação de identidades, as quais lhes permitem acolher e aceitar uma identidade que lhes foi dada e descartar e rejeitar outras que não lhes agradam:

Thiago – Você me disse que estuda de manhã aqui na escola, no Brasil, e à tarde você vai pra escola chinesa lá no Paraguai, né? Mas qual foi a primeira língua que você aprendeu?

Yuri – O chinês, em casa. Depois o espanhol, na escola do Paraguai. O português foi quando comecei estudar aqui.

Thiago – Qual delas você acha mais difícil de falar?

Yuri – Ah, o chinês tem gente que sabe falar bem, mas não sabe escrever. É bem complicada a escrita do chinês.

Thiago – Você entende o guarani? Você mora faz tanto tempo no Paraguai e nunca quis aprender?

Yuri – Não. Lá eu não utilizo. Meus amigos não falam. Minha família também não. Só os mais pobres mesmo, os muambeiros, os campesinos⁷, só eles.

Thiago – Você acaba misturando as línguas quando fala com alguém?

Yuri – Não! Nunca misturei. Em casa falo chinês com meus pais. Aqui no Brasil o português, e com meus amigos da rua e do prédio falo espanhol.

Thiago – Entendi.

Yuri – E também faço inglês na sexta-feira, cinco horas seguidas. Daí os outros dias tenho aula de chinês no Paraguai.

Pesquisador – Mas você é paraguaio com descendência chinesa né?

Yuri – Não! Sou brasileiro. Nasci no Brasil.

Thiago – Ah. Você nasceu aqui e depois foi pro Paraguai? Com quantos anos você foi pra lá?

Yuri – Não! Eu morava lá. Sempre morei, mas vim no Brasil só pra nascer.

Thiago – Ah! Por quê?

⁷ Campesinos é o termo utilizado no Paraguai para se referir aos pequenos produtores agrícolas que praticam a agricultura baseada no trabalho familiar e orientada, sobretudo, pelo autoconsumo. Possuem a mesma estrutura social que os chamados “sem-terras” no Brasil. Cabe lembrar aqui também que, no Paraguai, as representações construídas acerca dos campesinos são sempre negativas, depreciativas e estigmatizadas, visto que não possuem territórios/lares fixos e são rotulados como nômades.

Yuri – Porque minha mãe não queria que eu nascesse no Paraguai. Daí ela passou a ponte só pra eu nascer e depois voltou pro Paraguai.

Thiago – Ela acha que os hospitais do Brasil são melhores?

Yuri – Sim! Os médicos, tudo é melhor, escola, tudo.

Thiago – Mas então você acha que você é brasileiro só porque nasceu no Brasil?

Yuri – Claro!

Thiago – Mas você veio no Brasil só pra nascer né?

Yuri – Sim! Mas no meu documento está brasileiro. Minha prima, por exemplo, ela é americana, porque minha tia morava no Brasil, mas foi passear nos Estados Unidos e teve ela lá. Então ela é americana né?

Thiago – E você também se considera chinês, apesar de não ter nascido na China?

Yuri – Sim! Olha, eu posso ser considerado chinês ou brasileiro, mas não paraguaio!

Thiago – Por quê, se você viveu a vida inteira lá?

Yuri – Porque não. Paraguaio não. Sou chinês e brasileiro, mas não paraguaio. Só moro lá!

Na narrativa acima, Yuri tenta se afastar de uma representação identitária, a identidade de “ser-paraguaio”, afirmando que a nacionalidade de uma pessoa é definida pelo lugar onde ela nasce, não por onde ela vive. Contudo, é possível notar uma incoerência e contradição no discurso do aluno: ele não nasceu na China, mas disse que, além de brasileiro, também se considera chinês. Isso nos permite pensar em duas possibilidades: ou, para ele, a nacionalidade pode ser definida pelo parentesco/ancestralidade e/ou etnia (já que seus pais são chineses e ele também possui traços orientais) ou, então, ele só não se considera paraguaio pelo fato de o Paraguai ser um país com baixíssimo prestígio social e altamente estigmatizado, sobretudo na tríplice fronteira, onde as pessoas têm contato direto com Ciudad del Este, lugar que muitas vezes é retratado pela mídia como cidade de “sacoleiros/muambeiros”, local de pirataria e contrabando.

O aluno opta por afasta-se de uma representação identitária vista por ele como negativa, que se associa, subjetivamente, à condição de inferior e subalterna. Para Cucho (2002), a identidade negativa é originada por meio de representações estigmatizadoras e discriminadoras que os sujeitos constroem. Ao trabalhar tal conceito, o autor afirma que o indivíduo que decide aceitar tal identidade, assumindo-a (isso quando o indivíduo tem a possibilidade de escolher), é tido como diferente das referências dominantes e passa a se reconhecer (ou passam a reconhecê-lo) como inferior, negativo, ao passo que interioriza a identidade que lhe é imposta pelos outros, passando a ter vergonha e rejeição pela mesma. Dessa forma, sendo a representação identitária paraguaia, negativa, caso Yuri optasse por incorporá-la, ele poderia sofrer os preconceitos e estigmas que tal representação carrega, sentindo-se deslocado e inferior.

Para Yuri, é a sua ancestralidade, sobretudo, que lhe permite definir-se como chinês, enquanto o que o autoriza a se considerar brasileiro é a sua nacionalidade. E ainda, caso quisesse, ele poderia adotar a identidade paraguaia, já que reside no país vizinho.

São essas as diversas complexidades do multipertencimento. Optarmos unicamente por uma identidade significa aderirmos aquela com a qual mais nos identificamos, e nos afastarmos daquela que não nos agrada ou não nos convém. Muitas vezes é possível, também, nos afiliarmos a uma identidade apenas quando esta se torna mais conveniente do que outra, ou seja, as identidades são revogáveis, manipuláveis e negociáveis (HALL, 2000; 2006; 2009). Porém, isso não acontece de modo pacífico e harmonioso, mas de forma conflituosa, e até inconsciente. As construções das identidades e das diferenças pautam-se em disputas, em jogos de constatação e relativização.

Essas inúmeras maneiras de escolher, aceitar e revogar as identidades, em um incessante movimento de construção, desconstrução e reconstrução, é o que Cuche (2003) chama de “estratégias de identidades”, que nos permitem aderir, rejeitar ou relativizar as identidades que escolhemos ou que nos são impostas. Para o autor, indivíduos ou grupos sociais, ao avaliar determinada situação, podem utilizar-se de recursos de identidades de maneira estratégica, com a intenção de alcançar seus objetivos. Vale ressaltar, porém, que a elaboração de tais estratégias, construídas pelos atores sociais, não significa que os indivíduos são livres e que possuem sempre autonomia para a definição de suas próprias identidades; ao contrário, estas estão sempre relacionadas à situação social e aos atores sociais envolvidos. Por isso que as estratégias de identidades estão sempre relacionadas com relações de ideologia e poder; há sempre uma hierarquização que estabelece quem pode representar, catalogar, rotular e identificar mais facilmente do que outros.

Além das representações que o aluno constrói sobre si mesmo, isto é, além de suas autoidentidades⁸ (CUCHE, 2002), é importante discutir também as representações que ele constrói do Outro, mais especificamente do paraguaio. Quando pergunto a Yuri por que ele nunca quis aprender o guarani, já que vive no Paraguai, ele diz que “só os mais pobres mesmo, os muambeiros, os campesinos” são os que falam o guarani no país, evidenciando o desprestígio dessa língua na fronteira e construindo uma representação de seus falantes: “apenas os mais pobres”, sendo que a língua guarani é uma das línguas oficiais do Paraguai e, conseqüentemente, é ensinada nas escolas.

É interessante notar que ele, em toda sua narrativa, tem uma visão essencialista dos habitantes do Paraguai, e as representações do paraguaio construídas por ele acabam por formar uma identidade paraguaia essencializada (HALL, 2006), tomada como verdadeira e indiscutível, como se os paraguaios tivessem, definitivamente, uma identidade homogênea, representada de maneira pejorativa e inferior. No entanto, Hall (1997) acrescenta que as representações, enquanto formas de interpretar, nunca produzem uma verdade final e absoluta, uma vez que o processo de significação é sempre infinito.

Na mesma direção, Said (1996, p. 365) alega que “devemos estar preparados para aceitar o fato de que uma representação está implicada, entretecida, embutida, entrelaçada em muitas outras coisas além da ‘verdade’, que é ela própria uma representação”. Logo, as representações construídas pelo sujeito entrevistado nada mais são do que projeções, ilusões cambiantes de realidade, construções sociais que não podem ser tomadas como parte essencial dos sujeitos, já que são apenas sistemas de significação que usam a linguagem para se materializar e, ao mesmo tempo, constroem identidades por meio de representações (NETO, 2012).

Algumas Considerações Finais

Ao escutarmos as narrativas aqui trazidas, percebemos que as noções de representação territorial, étnica e cultural vão além da sensação de pertencimento de identidade nacional, pois o sujeito, de fato, se sente parte de diferentes contextos, uma condição de ser muitos e estar em muitos lugares ao mesmo tempo. Os sujeitos nascidos na (trans)

⁸ Cuche (2002), ao trabalhar com o conceito de identidade, especificamente a identidade negativa, aponta que a identidade concebida como relacional é composta por dois fatores, um externo ao indivíduo (como os outros o veem) chamado hetero-identidade e um interno (como o indivíduo se vê) chamado autoidentidade.

fronteira, de acordo com suas necessidades, motivações, interesses e jogos de poder, utilizam suas referências de pertencimento a um determinado país ou cultura, ou seja, alteram suas referências de pertencimento sempre que elas se mostrem mais vantajosas para si. O multipertencimento (ou estar “entre-lugares”/“não-lugares”), portanto, é característica viva dessa vivência transfronteiriça, podendo cingir o âmbito familiar, social, educacional, econômico e cultural.

O cenário pluricultural de multiterritorialidades perceptível no contexto transfronteiriço tem sido uma espécie de palco de disputas identitárias, onde aspectos linguísticos, étnicos, históricos, políticos e sociais entram em confronto para dar conta das múltiplas representações que os sujeitos constroem sobre si e sobre o outro. Essas regiões, tomadas aqui como “entre-lugares”/“não-lugares”, de fronteiras relativas e não estáticas, são resultados do constante e intenso processo de globalização que impulsiona a difusão de inúmeras culturas em diversas esferas e diferentes espaços (CRYSTAL, 2003; GORTER, 2006). As dicotomias sociais do “nativo – estrangeiro”, “de dentro – de fora”, “minha cultura – sua cultura”, até pouco tempo tomadas como bem definidas e delimitadas, acabaram por se tornar porosas e solúveis na conhecida liquidez pós-moderna (BAUMAN, 2001), sobretudo quando pensamos nos espaços de fronteiras atuais como territórios de (des)encontros, (des)pertencimentos, (des)identificações, (re)significações, (re)construções, reconhecimentos e representações.

Ao analisarmos tais espaços sociais, percebemos que eles são muito mais construídos “simbolicamente” do que no quesito geográfico, quer dizer, é por meio dos discursos materializados que (re)significamos territórios, pois as identidades são construídas no simbólico, ou seja, na linguagem, por isso, elas são construtos sociais (SARUP, 1996). Os sujeitos pesquisados, vistos como fragmentados e de multipertencimentos, são “representados” através da linguagem, e é justamente por meio dela que eles tentam romper (mesmo que inconscientemente, às vezes) com representações – manipulando-as e negociando-as ao mesmo tempo – essencializadas e estereotípicas, como a de que todas as pessoas devem e precisam “escolher” (ou “ser de”) apenas “uma” nacionalidade/território/pátria e terem apenas “uma” etnia, língua ou raça, por exemplo. Em outras palavras, é por meio da linguagem que o indivíduo se constrói e constrói o outro, pela interação linguística (BAKHTIN, 2004). Utilizamos a língua, nessa perspectiva, para tomarmos conhecimento de determinado povo ou cultura, já que ela é um sistema de signos capaz não somente de descrever o mundo real e o mundo subjetivo, mas também de materializar esse mundo (BERGER, 1985). Uma língua é escolhida tanto para demarcar um território como para aceitar certas identidades em detrimento de outras. Os indivíduos, dessa forma, por meio dessa interação linguística, transformam seu espaço físico em um território onde suas identidades se consolidam a partir de aspectos socioculturais, apropriando-se de elementos que estão presentes nas territorialidades para criar fontes de identificação e significação (HAESBAERT, 1988).

Nessa transfronteira multiterritorial e pluricultural, marcada pelo multipertencimento – onde incontáveis apropriações identitárias quebram as fronteiras e limites físicos para a constituição das identidades porosas e negociáveis – percebe-se a capacidade dos sujeitos para adaptar-se nos distintos contextos de interação. Os confrontos, as aproximações e as negociações sociais que as fronteiras oportunizam definem um novo percurso direcionado ao “*estar-entre*” (estar em muitos e em nenhum lugar ao mesmo tempo), para a possibilidade de transcender os limites das duas margens bilaterais e aproveitar as oportunidades que o local oferece.

Referências

ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e Identidades Nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. 265 páginas. Ano: 2005. Tese do Doutorado – Fortaleza/UFC.

AUGÉ, M. **Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

ALTENHOFEN, C. V. "Bases para uma política linguística das línguas minoritárias no Brasil". In: NICOLAIDES *et al.* **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes, 2013.

BAKHTIN, M; VOLOCHINOV. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2004.

BARTH, F. "Grupos étnicos e suas fronteiras". In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (orgs.). **Teorias da Etnicidade**. Trad. Elcio Fernandes. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida**. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

BERGER, P.; LUKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BLOMMAERT, J.; RAMPTON, B. **Language and Superdiversity**. GA: University of Georgia Press, 2011.

BOURDIEU, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CANCLINI, N. G. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CRYSTAL, D. **A Revolução da Linguagem**. Trad. Ricardo Quintana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Bauru: EDUSC, 2002.

EAGLETON, T. **A ideia de Cultura**. 2 ed. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor, 2000.

FABRÍCIO, B. F. "Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso". In: MOITA-LOPES, L. P. (org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FERREIRA, A. de J. "Identidades sociais de raça/etnia na sala de aula de língua inglesa". In: FERREIRA, A. de J. (org.). **Identidades sociais de raça, etnia, gênero e sexualidade: práticas pedagógicas em sala de aula de línguas e formação de professores**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HAESBAERT, R. **Latifúndio e Identidade Regional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

HAESBAERT, R. **Viver no Limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

- HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.
- HALL, S. **A Identidade cultural na Pós-modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, S. “Quem precisa de identidade?”. In: SILVA, T. T. da. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- HALL, S. The work of representation. In: HALL, S. (org.). **Cultural representations and signifying practices**. London/Thousand Oaks/New Delhi: Sage/Open University, 1997.
- MACHADO, R. P. **“A garantia soy yo”**: Etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 180 páginas. Ano: 2004. Dissertação de Mestrado – Porto Alegre/UFRGS.
- MAHER, T. M. “Do casulo ao movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngue e intercultural”. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2007.
- MATTELART, A. **Diversidade cultural e Mundialização**. São Paulo: Parábola, 2005.
- MELO, T. B. **As identidades que nos habitam**: representações, culturas e língua(gens) no contexto escolar transfronteiriço. 120 páginas. Ano: 2014. Dissertação de Mestrado – Foz do Iguaçu/UNIOESTE.
- MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades Fragmentadas**: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula. Campinas: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA LOPES, L. P. da. “Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença”. In: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.
- MONDARDO, M. L. **Territórios Migrantes**: transterritorializações e identidades em Francisco Beltrão – PR. Dourados: Editora da UFGD, 2012.
- MOREIRA, A. F. B.; CUNHA, R. C. O. da. “Identidades em construção: o processo de uma escola de ensino fundamental do Rio de Janeiro”. In: MOITA LOPES, L. P. da.; BASTOS, L. C. (orgs.). **Estudos de Identidade**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- NETO, M; G. “Representações sobre os indígenas: algumas implicações para a pesquisa de inspiração etnográfica”. In: FRITZEN, M. P.; LUCENA, M. I. P. (orgs.). **O olhar da etnografia em contextos educacionais**: interpretando práticas de linguagem. Blumenau, SC: Edifurb, 2012.
- PEREIRA, M. C.; COSTA, R. V. da. “Quando a voz é o silêncio: questões de língua e aprendizagem em contextos sociolinguisticamente complexos”. In: CAVALCANTI, M. C.; BORTONI-RICARDO, S. M. (orgs.). **Transculturalidade, linguagem e educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007.
- RAJAGOPALAN, K. “O conceito de identidade em Linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical?”. In: SIGNORINI, I. (org.). **Língua(gem) e Identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

SAID, E. W. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. Trad. Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SARUP, M. **Identity, Culture and the Postmodern World**. Athens, GA: University of Georgia Press, 1996.

SIGNORINI, I. "A questão da língua legítima na sociedade democrática: um desafio para a Linguística Aplicada Contemporânea". In: MOITA LOPES, L. P. da. (org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

SILVA, I.; PIRES-SANTOS, M.E.; JUNG, N. M. "Multilinguismo e política linguística: análise de uma paisagem linguística transfronteiriça". **Domínios da Linguagem**. São Paulo, v. 10, n.4, p. 1257-1277, out. 2016.

SILVA, T. T. da. "A produção social da identidade e da diferença". In: SILVA, T. T. da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

Recebido em 1 de julho de 2019.
Aceito em 4 de setembro de 2019.